



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 312-A, DE 2025 **(Da Sra. Chris Tonietto)**

Acrescenta dispositivo à Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), a fim de garantir o direito à obtenção da Carteira Nacional de Habilitação por pessoa com deficiência; tendo parecer da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, pela aprovação (relator: DEP. SARGENTO PORTUGAL).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE
DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA;
VIAÇÃO E TRANSPORTES E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência:

- Parecer do relator
- Parecer da Comissão



PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2025
(Da Sra. Deputada **CHRIS TONIETTO**)

Acrescenta dispositivo à Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), a fim de garantir o direito à obtenção da Carteira Nacional de Habilitação por pessoa com deficiência.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta dispositivo à Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), a fim de garantir o direito à obtenção da Carteira Nacional de Habilitação por pessoa com deficiência.

Art. 2º A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, passa a vigorar acrescida do seguinte dispositivo:

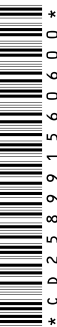
“Art. 52-A. À pessoa com deficiência será garantido o direito à obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

§ 1º Observar-se-á, para cumprimento do **caput** deste artigo, os limites impostos pela deficiência.

§ 2º A capacidade de condução de veículo adaptado será averiguada por junta médica durante o processo de obtenção da CNH, conforme regulamento.

§ 3º Aquele que já possui CNH desde antes da deficiência não será submetido a novo processo, bastando que sua capacidade de condução de veículo seja verificada, na forma do § 2º deste artigo, e que passe a constar anotação no documento de habilitação.

§ 4º Caso a junta médica verifique a necessidade, a pessoa já habilitada poderá ser





submetida a novas aulas práticas, para fins de adaptação.

§ 5º Nos casos abrangidos por este artigo, não deverão ser cobradas pelos Departamentos de Trânsito quaisquer taxas além daquelas já praticadas nos processos comuns de obtenção da CNH.

§ 6º Os procedimentos de obtenção da CNH especial constantes deste artigo não se aplicarão aos casos em que a deficiência não exija adaptação de veículo, quando o procedimento a ser adotado é o comum.”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição tem por objetivo estabelecer melhores condições para que pessoas com deficiência possam ter o direito à obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) assegurado. Para tanto, conforme já estabelecido em regulações dos órgãos de trânsito, dispõe que a capacidade de condução de veículo automotor será verificada por junta médica especializada, segundo os procedimentos em vigor.

O Projeto de Lei diferencia-se, entretanto, do que já está posto quando retira a necessidade de que aquele que já possuía a CNH desde antes do fato que deu causa à deficiência passe novamente por todo o procedimento de obtenção da licença. Apenas nos casos em que a junta médica verificar a necessidade de readaptação relevante, a pessoa com deficiência poderá ser submetida a novas aulas práticas para tal finalidade.

Outro avanço trazido pela proposição em comento é da inexigência de obtenção de CNH especial àquele cuja deficiência não requeira adaptação de veículo, a exemplo dos que possuem deficiências leves, que não afetam a atividade motora. Tal medida, junto às demais, caminha no sentido de criar um ambiente menos burocrático.

Por fim, o Projeto de Lei prevê, ainda, que não sejam cobradas taxas adicionais pelos Departamentos de Trânsito para a obtenção da CNH especial, o que é de profunda





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada **CHRIS TONIETTO** – PL/RJ

importância para que sejam garantidas condições equânimes entre os candidatos e para que as pessoas com deficiência possam ter acesso a condições que as permitam exercer seus direitos plenamente.

Por todo o exposto, peço o apoio dos nobres pares desta Casa legislativa, a fim de ver avançar a presente proposição, que visa – precipuamente - proporcionar mais inclusão social e melhores condições às pessoas com deficiência.

Sala das Sessões, 5 de fevereiro de 2025.

Deputada **CHRIS TONIETTO**

PL/RJ

Apresentação: 06/02/2025 12:12:34.217 - Mesa

PL n.312/2025





CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2015/lei-13146-6-julho-2015-781174-normapl.html
---	---

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

PROJETO DE LEI Nº 312, DE 2025

Acrescenta dispositivo à Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), a fim de garantir o direito à obtenção da Carteira Nacional de Habilitação por pessoa com deficiência.

Autora: Deputada CHRIS TONIETTO

Relator: Deputado SARGENTO PORTUGAL

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 312, de 2025, de autoria da ilustre Deputada Chris Tonietto, pretende acrescentar dispositivo à Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), garantindo expressamente às pessoas com deficiência o direito à obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), com critérios específicos para verificação da capacidade de condução e procedimentos adaptados para aqueles que já possuíam a CNH antes da ocorrência da deficiência.

Em sua justificação, a Deputada aponta que o objetivo central da proposição é assegurar melhores condições de acesso das pessoas com deficiência ao direito de conduzir veículos automotores, reduzindo burocracias desnecessárias, evitando custos adicionais e promovendo, assim, maior inclusão social e igualdade de oportunidades.

O projeto não possui apensos.



O projeto foi distribuído às Comissões de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência; Viação e Transportes e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD).

A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

Aberto o prazo regimental de cinco sessões, ao fim do referido prazo, não foram apresentadas emendas ao Projeto.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Compete a esta Comissão, nos termos do inciso XXIII do art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, manifestar-se sobre o mérito do Projeto de Lei nº 312, de 2025, especialmente no que diz respeito aos direitos das pessoas com deficiência.

No que diz respeito especificamente à matéria de competência desta comissão temática, entendo que o projeto é meritório.

Embora as pessoas com deficiência já tenham o direito de obter a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), tal prerrogativa não está prevista de forma expressa e detalhada na Lei Brasileira de Inclusão, estando limitada aos regulamentos emitidos pelos órgãos de trânsito e a menções genéricas no CTB. A ausência de previsão legal clara pode gerar insegurança jurídica, especialmente no que diz respeito aos critérios adotados para a concessão da CNH às pessoas com deficiência, justificando, portanto, a relevância da presente proposição. Além disso, a inclusão da matéria na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) consolida esta importante lei como principal parâmetro de referência dos direitos das pessoas com deficiência no Brasil.

É importante destacar que o projeto inova em relação ao que já está posto atualmente na legislação e nos regulamentos. O projeto reforça que



a capacidade de condução de veículo automotor será verificada por junta médica especializada, nos termos dos procedimentos em vigor. No entanto, vai além, e como aponta a ilustre autora, elimina a exigência de que a pessoa que já possuía a CNH antes da ocorrência da deficiência tenha que passar novamente por todo o processo de obtenção da habilitação. Somente nos casos em que a junta médica constatar a necessidade de readaptação significativa, será exigido que a pessoa com deficiência participe de novas aulas práticas com o objetivo de se adequar às novas condições. Ademais, o projeto igualmente avança ao dispensar a exigência de obtenção de CNH especial para pessoas cuja deficiência não demande adaptação no veículo – como é o caso daquelas que apresentam deficiências leves, sem impacto na mobilidade motora. Essa medida, somada às demais previstas na proposição, contribui para a redução da burocracia no processo.

Por fim, a proposta garante que os Departamentos de Trânsito não possam cobrar taxas adicionais para a emissão da CNH especial. Isso promove maior acessibilidade e igualdade de condições para as pessoas com deficiência.

É importante frisar que a proposta contribui para o cumprimento das obrigações assumidas pelo Brasil na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada com status constitucional. A Convenção prevê a adoção de medidas para garantir a plena e efetiva participação das pessoas com deficiência na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas.

Ao assegurar o direito das pessoas com deficiência à obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) de maneira acessível e desburocratizada, o projeto fortalece a autonomia individual e promove a inclusão, em consonância com os princípios estabelecidos na Convenção.

Nosso voto, portanto, é pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 312, de 2025.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado SARGENTO PORTUGAL
Relator





Câmara dos Deputados

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

PROJETO DE LEI Nº 312, DE 2025

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela aprovação do Projeto de Lei nº 312/2025, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Sargento Portugal.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Duarte Jr. - Presidente, Amom Mandel e Silvia Cristina - Vice-Presidentes, Daniela Reinehr, Dayany Bittencourt, Dr. Francisco, Maria Rosas, Max Lemos, Pedro Campos, Sargento Portugal, Weliton Prado, Zé Haroldo Cathedral, Andreia Siqueira, Felipe Becari, Geraldo Resende, Leo Prates, Rodrigo da Zaeli e Soraya Santos.

Sala da Comissão, em 08 de julho de 2025.

Deputado DUARTE JR.
Presidente



FIM DO DOCUMENTO